

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE SÃO PAULO - CÂMPUS GUARULHOS
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS**

**CIRO ESTEVES VIEIRA-GU3011321
DIEGO DE SÁ LORANDI-GU3011216
EVELYN DA SILVA GALIETA - GU3013634
VITOR FERNANDES MORAES-GU3012581
LUAN RODRIGUES PETRUITIS-GU3011356
VICENZO PIZZO-GU3011241**

AVALIAÇÃO B1

GUARULHOS

2021

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE SÃO PAULO - CÂMPUS GUARULHOS
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS**

AVALIAÇÃO B1

Trabalho realizado para fins de avaliação
na matéria Empreendedorismo de forma a
integrar a nota final.

Alunos:

CIRO ESTEVES VIEIRA

DIEGO DE SÁ LORANDI

EVELYN DA SILVA GALIETA

VICENZO PIZZO

VITOR FERNANDES MORAES

LUAN RODRIGUES PETRUITIS

Prof: Cristiano Alves Pessoa

GUARULHOS

2021

1 - Carga tributária dos itens de informática (Verificar a Lei do Bem ou Lei da Informática)

O que é a Lei de Informática?

A Lei de Informática (conforme as Leis nº 8.248/91 e nº 8.387/91, e suas alterações posteriores, dadas pelo Decreto 5.906/06, Lei nº 10.176/01, Lei nº 13.674/18 e Lei nº 13.969/19) é uma lei que concede incentivos fiscais para empresas do setor de tecnologia (áreas de hardware e automação), que tenham por prática investir em Pesquisa e Desenvolvimento. A partir da publicação da Lei nº 13.969/19, houve alteração na forma de utilização do incentivo, que passou a ser através de créditos financeiros, em substituição à desoneração de IPI existente anteriormente. O governo federal utiliza esse mecanismo para incentivar investimentos em inovação no setor de TIC para indústrias brasileiras com produção fundamentalmente nacional.

A quem se destina?

A Lei de Informática se destina a todas as empresas de hardware e automação que:

- Investem em Pesquisa e Desenvolvimento,
- Comprovm Regularidade Fiscal,
- Sejam produtoras de algum item cujo NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) conste na lista de produtos incentivados pela Lei.
- Cumpram o PPB (Processo Produtivo Básico) dos produtos incentivados,
- Certificação NBR ISO 9001,
- Programa de participação nos lucros ou resultados PLR,
- Estejam sob regime de apuração no lucro real ou lucro presumido*

Benefícios Fiscais da Lei de Informática

Com a publicação da Lei nº 13.969/19, os benefícios fiscais da Lei de Informática são baseados em créditos financeiros, que poderão ser utilizados para:

Compensação de débitos próprios, vincendos ou vencidos, relativos aos tributos e às contribuições administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB).

Ressarcidos em espécie, nos termos e condições previstas em ato do Poder Executivo.

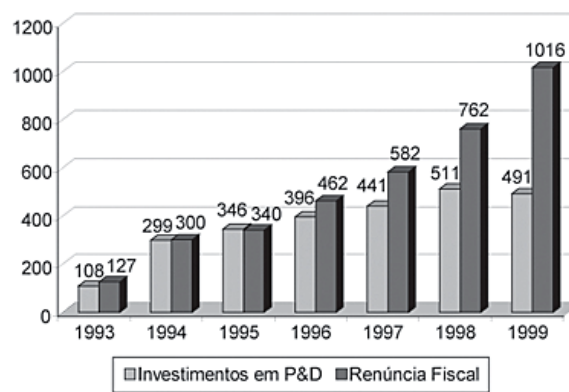


Figura 2. Investimentos em P&D e Renúncia Fiscal relacionados com a “Lei de Informática” (1993-99) (R\$ milhões). Fonte: Senado Federal (2000).

O que é a Lei do Bem?

A Lei 11.196/05, que passou a ser conhecida como “Lei do Bem”, cria a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica.

Sabe-se que o crescimento dos países passa pelo investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação. O governo federal, por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), utiliza esse mecanismo para incentivar investimentos em inovação por parte do setor privado. Além disso, busca aproximar as empresas das universidades e institutos de pesquisa, potencializando os resultados em P&D.

Pré-requisitos da Lei do Bem

Existem alguns pré-requisitos para obter os incentivos fiscais da Lei do Bem, são eles:

- Empresas em regime no Lucro Real,
- Empresas com Lucro Fiscal,
- Empresas com regularidade fiscal (emissão da CND ou CPD-EN),
- Empresas que invistam em Pesquisa e Desenvolvimento.

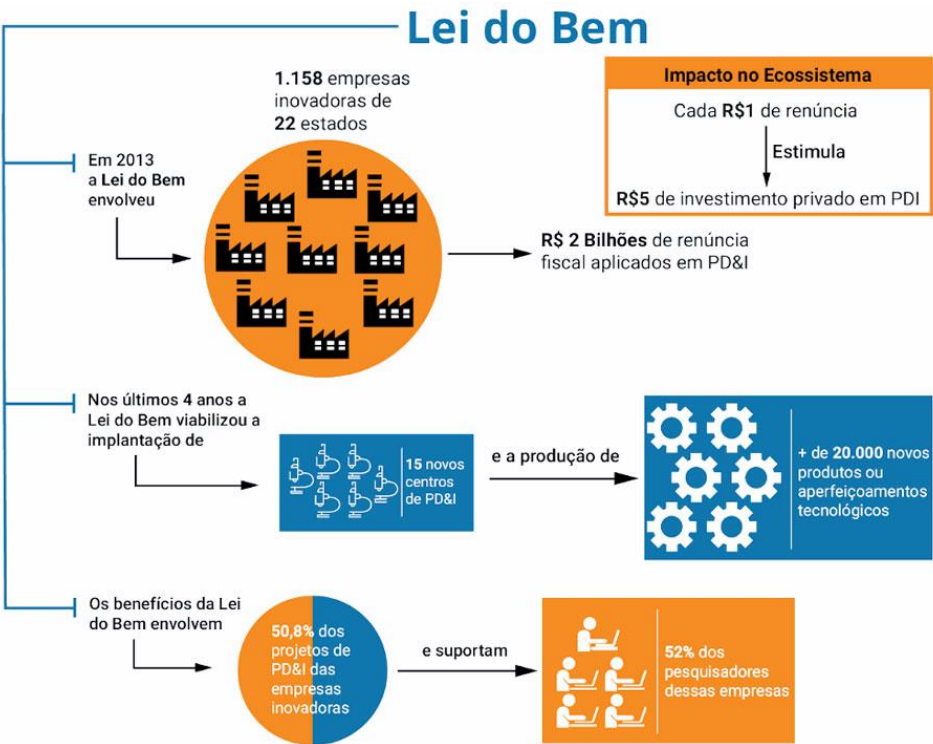
Benefícios da Lei do Bem

Os incentivos fiscais ligados à Lei do Bem são muito vantajosos, confira algumas oportunidades:

Dedução de 20,4% até 34% no IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) dos dispêndios com P&D,

Redução de 50% no IPI na compra de máquinas e equipamentos destinados à P&D,

Depreciação e amortização acelerada desses bens.



2 - Carga tributária sobre salários de TI, 2000, 3500, 5000, 6000, 8000, 10000, 12000 reais por mês - Simular o salário bruto, encargos, impostos e salário líquido e o benefício da aposentadoria e FGTS x MEI x ME

MEI

A modalidade Microempreendedor Individual surgiu para atender profissionais autônomos que desejam se formalizar.

O Regime Tributário para quem é MEI é o Simples Nacional, que possui um sistema simplificado de recolhimento de impostos chamado DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional).

Entre os benefícios desse modelo de empresa estão:

- Auxílio-Maternidade;
- Direito a afastamento por problemas de saúde;
- Aposentadoria;
- Isenção de Tributos Federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL);
- Entre outros.

Porém para fazer parte da categoria MEI o profissional de TI deve atender algumas restrições, tais como:

- Faturamento de, no máximo, R\$ 81.000,00 por ano, ou R\$ 6.750,00 por mês;
- Não pode ter participação em outra empresa como sócio ou titular;
- Pode contratar somente um empregado;
- Deve se enquadrar entre uma das atividades permitidas para esse setor.

Quanto ao FGTS, PIS e Seguro Desemprego o trabalhador como CNPJ MEI não tem direito a nenhum dos três, mas o trabalhador com registro em carteira que possui CNPJ MEI, tem direito ao FGTS e PIS pela CLT e pode não receber o seguro desemprego.

A Lei 7.998/1990 regulamenta o programa do seguro-desemprego e não proíbe que o cidadão, sócio de um empreendimento e que tenha sido dispensado em outra empresa, receba o seu direito. Basta que a empresa na qual ele tem participação não tenha gerado lucros nos últimos 3 meses e que ele não tenha exercido atividade remunerada durante o último ano como sócio.

ME

Microempresa é a modalidade de Pessoa Jurídica que pode ser utilizada por empresas que faturam até R\$ 360.000,00.

A Microempresa tem a opção de recolhimento de impostos como Simples Nacional, por Lucro Presumido ou por Lucro Real.

Diferente do MEI, a ME permite que outras atividades profissionais sejam enquadradas, abrangendo o quadro de profissionais de TI, e também pode contratar até 09 funcionários para o cumprimento da sua atividade.

Existem três naturezas jurídicas para a ME, que são:

- EI (Empresário Individual): Este formato de empresa não permite sociedade e também não exige contrato social.
- LTDA (Sociedade de Responsabilidade Limitada): Pode ter uma sociedade de dois ou mais sócios. Neste caso, entretanto, é necessário fazer um contrato social.
- EIRELI (Empresa Individual ou de Responsabilidade Limitada): Neste formato, a empresa deve ser constituída por apenas um sócio e é necessário um capital mínimo de 100 vezes o salário mínimo vigente no registro da empresa, bem como um contrato social.

Para o FGTS, PIS e Seguro Desemprego, valem as mesmas regras aplicadas ao CNPJ MEI.

CLT

CLT é o acrônimo de Consolidação das Leis do Trabalho. É a regulamentação oficial com as regras estabelecidas pelo governo do Brasil. As leis previstas pela CLT são válidas em todo o território nacional, sendo aplicadas de forma universal a todas as categorias profissionais.

O profissional registrado como CLT tem todos os direitos previstos na legislação brasileira, tais como: 13 salários anuais, 30 dias de férias anuais remuneradas.

Além disso, a CLT oferece ao empregado algumas garantias como aviso prévio, seguro desemprego – no caso de demissão sem justa causa, FGTS e recolhimento do INSS – que será a base de cálculo e garantia para a futura aposentadoria do contribuinte*.

Por outro lado, o funcionário tem descontado sobre o seu salário uma alta carga tributária e o valor líquido que ele recebe é bem menor que o valor bruto, ou seja, o valor registrado em carteira.

Do lado do empregador, a contratação de um profissional sobre o regime CLT também é onerada pelas altas cargas tributárias. Até porque o valor total gasto com o colaborador não é visto, e por isso não pode ser usado como um mecanismo de retenção.

Na área de TI, essa discrepância é ainda mais problemática, visto que estamos falando de um profissional caro, que precisa justificar sua contratação. E, caso justifique, será visado por corporações com maior receita e capacidade de cobrir salários de programadores.

Os tipos de contratação CLT são:

- CLT FULL: é a forma de contratação mais tradicional entre as empresas. Nessa modalidade o valor negociado com a empresa corresponde ao valor registrado na carteira profissional do empregado.
- CLT FLEX: Esse modelo de contratação é regido por todas as leis e benefícios da CLT. A diferença é que o funcionário terá parte do seu salário registrado na carteira de trabalho e a outra parte será pago por fora ou como propriedade intelectual sobre os seus serviços. Existem vantagens e desvantagens nesse modelo. Apesar de alguns impostos incidirem apenas sobre o valor que está registrado em carteira e os descontos serem menores, os benefícios também serão proporcionais ao salário que está em carteira.

Simulação

- R\$ 2.000,00

Custo	MEI		ME		CLT	
	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Remuneração	100	R\$ 2.000,00	100	R\$ 2.000,00	100	R\$ 2.000,00
INSS empregador	0		0		0	
FGTS	0		0		8	R\$ 160,00
13º Salário + Encargos FGTS e INSS	0		0		9	R\$ 180,00
Férias + 1/3 + Encargos FGT e INSS	0		0		11,97	R\$ 239,40
Provisão Multa FGTS	0		0		40	R\$ 64,00
Custo do Total do Contratante	0	R\$ 2.000,00	0	R\$ 2.000,00	32	R\$ 2.643,40
Simples do Contratado	3%	R\$ 52,00	4,5	R\$ 90,00	0	
ISS do Contratado	0		0		0	
PIS/Cofins/IRPJ e CS Contratado	0		0		0	
INSS descontado Contratado	0		0		9	R\$ 180,00
IRRF descontado Contratado	0		0		0	
Recebido Líquido Contratado	3	R\$ 1.948,00	4,5	R\$ 1.910,00	9	R\$ 1.820,00

- R\$ 3.500,00

Custo	MEI		ME		CLT	
	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Remuneração	100	R\$ 3.500,00	100	R\$ 3.500,00	100	R\$ 3.500,00
INSS empregador	0		0		0	
FGTS	0		0		8	R\$ 280,00
13º Salário + Encargos FGTS e INSS	0		0		9	R\$ 315,00
Férias + 1/3 + Encargos FGT e INSS	0		0		11,97	R\$ 418,95
Provisão Multa FGTS	0		0		40	R\$ 112,00
Custo do Total do Contratante	0	R\$ 3.500,00	0	R\$ 3.500,00	32	R\$ 4.625,95
Simples do Contratado	1%	R\$ 52,00	4,5	R\$ 157,50	0	
ISS do Contratado	0		0		0	
PIS/Cofins/IRPJ e CS Contratado	0		0		0	
INSS descontado Contratado	0		0		11	R\$ 385,00
IRRF descontado Contratado	0		0		3	R\$ 112,45
Recebido Líquido Contratado	1%	R\$ 3.448,00	4,5	R\$ 3.342,50	14	R\$ 3.002,55

- R\$ 5.000,00

Custo	MEI		ME		CLT	
	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Remuneração	100	R\$ 5.000,00	100	R\$ 5.000,00	100	R\$ 5.000,00
INSS empregador	0		0		0	
FGTS	0		0		8	R\$ 400,00
13º Salário + Encargos FGTS e INSS	0		0		9	R\$ 450,00
Férias + 1/3 + Encargos FGT e INSS	0		0		11,97	R\$ 598,50
Provisão Multa FGTS	0		0		40	R\$ 160,00
Custo do Total do Contratante	0	R\$ 5.000,00	0	R\$ 5.000,00	32	R\$ 6.608,50
Simplex do Contratado	1%	R\$ 52,00	4,5	R\$ 225,00	0	
ISS do Contratado	0		0		0	
PIS/Cofins/IRPJ e CS Contratado	0		0		0	
INSS descontado Contratado	0		0		10	R\$ 513,01
IRRF descontado Contratado	0		0		7	R\$ 373,44
Recebido Líquido Contratado	1	R\$ 4.948,00	4,5	R\$ 4.775,00	17	R\$ 4.113,55

- R\$ 6.000,00

Custo	MEI		ME		CLT	
	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Remuneração	100	R\$ 6.000,00	100	R\$ 6.000,00	100	R\$ 6.000,00
INSS empregador	0		0		0	
FGTS	0		0		8	R\$ 480,00
13º Salário + Encargos FGTS e INSS	0		0		9	R\$ 540,00
Férias + 1/3 + Encargos FGT e INSS	0		0		11,97	R\$ 718,20
Provisão Multa FGTS	0		0		40	R\$ 192,00
Custo do Total do Contratante	0	R\$ 6.000,00	0	R\$ 6.000,00	32	R\$ 7.930,20
Simplex do Contratado	1%	R\$ 52,00	4,5	R\$ 270,00	0	
ISS do Contratado	0		0		0	
PIS/Cofins/IRPJ e CS Contratado	0		0		0	
INSS descontado Contratado	0		0		9	R\$ 513,01
IRRF descontado Contratado	0		0		11	R\$ 639,56
Recebido Líquido Contratado	1	R\$ 5.948,00	4,5	R\$ 5.730,00	20	R\$ 4.847,43

- R\$ 8.000,00

Custo	ME		CLT	
	%	Valor	%	Valor
Remuneração	100	R\$ 8.000,00	100	R\$ 8.000,00
INSS empregador	0		0	
FGTS	0		8	R\$ 640,00
13º Salário + Encargos FGTS e INSS	0		9	R\$ 720,00
Férias + 1/3 + Encargos FGT e INSS	0		11,97	R\$ 957,60
Provisão Multa FGTS	0		40	R\$ 256,00
Custo do Total do Contratante	0	R\$ 8.000,00	32	R\$ 10.573,60
Simplex do Contratado	4,5	R\$ 360,00	0	
ISS do Contratado	0		0	
PIS/Cofins/IRPJ e CS Contratado	0		0	
INSS descontado Contratado	0		6	R\$ 513,01
IRRF descontado Contratado	0		15	R\$ 1.189,56
Recebido Líquido Contratado	4,5	R\$ 7.640,00	21	R\$ 6.297,43

- R\$ 10.000,00

Custo	ME		CLT	
	%	Valor	%	Valor
Remuneração	100	R\$ 10.000,00	100	R\$ 10.000,00
INSS empregador	0		0	
FGTS	0		8	R\$ 800,00
13º Salário + Encargos FGTS e INSS	0		9	R\$ 900,00
Férias + 1/3 + Encargos FGT e INSS	0		11,97	R\$ 1.197,00
Provisão Multa FGTS	0		40	R\$ 320,00
Custo do Total do Contratante	0	R\$ 10.000,00	32	R\$ 13.217,00
Simplex do Contratado	4,5	R\$ 450,00	0	
ISS do Contratado	0		0	
PIS/Cofins/IRPJ e CS Contratado	0		0	
INSS descontado Contratado	0		5	R\$ 513,01
IRRF descontado Contratado	0		17	R\$ 1.739,56
Recebido Líquido Contratado	4,5	R\$ 9.550,00	22	R\$ 7.747,43

- R\$ 12.000,00

Custo	ME		CLT	
	%	Valor	%	Valor
Remuneração	100	R\$ 12.000,00	100	R\$ 12.000,00
INSS empregador	0		0	
FGTS	0		8	R\$ 960,00
13º Salário + Encargos FGTS e INSS	0		9	R\$ 1.080,00
Férias + 1/3 + Encargos FGT e INSS	0		11,97	R\$ 1.436,40
Provisão Multa FGTS	0		40	R\$ 384,00
Custo do Total do Contratante	0	R\$ 12.000,00	32	R\$ 15.860,40
Simples do Contratado	4,5	R\$ 540,00	0	
ISS do Contratado	0		0	
PIS/Cofins/IRPJ e CS Contratado	0		0	
INSS descontado Contratado	0		4	R\$ 513,01
IRRF descontado Contratado	0		19	R\$ 2.289,56
Recebido Líquido Contratado	4,5	R\$ 11.460,00	23	R\$ 9.197,43

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<https://blog.meifacil.com/duvidas/mei-tem-direito-ao-fgts-pis/#:~:text=por%20justa%20causa.-,O%20MEI%20tem%20direito%20ao%20FGTS%3F,do%20sal%C3%A1rio%20pago%20%E2%80%93%20ao%20funcion%C3%A1rio.>

<https://blog.geekhunter.com.br/clt-versus-pj/>

<https://encontreumnerd.com.br/blog/ti-pode-ser-mei>

<https://blog.alliate.com.br/seguuro-desemprego/>

<https://utilitarios.grupodpg.com.br/utilitarios/categoria/calculo-facil/775/custo-de-contratao-pj-x-clt-x-autnomo>

<https://www.leidainformatica.com/>

<https://www.leidobem.com/>

.